

# CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARIPIRANGA - BAHIA

PROJETO DE LEI Nº 29/2021, DE 06 DE OUTUBRO DE 2021

  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA  
V. Valéria Ribeiro Pereira  
Secretaria Adm. Port. nº 01/2021  
07/30/2021

Dispõe sobre o regulamento de declaração de utilidade pública de entidades que servem desinteressadamente à coletividade no Município de Paripiranga/BA e dá outras providências.

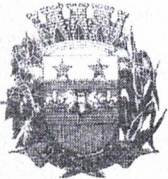
A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARIPIRANGA APROVA, tendo em vista o que dispõe o art. 44 da Lei Orgânica do Município de Paripiranga/BA, e o Prefeito sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei constitui normas para que as sociedades civis de direito privado, associações, fundações e demais instituições sem fins lucrativos, instaladas no âmbito do Município de Paripiranga/BA, sejam declaradas de utilidade pública.

**Parágrafo único:** As associações civis, as sociedades civis, associações com atividade social, recreativa, esportiva e cultural, instituições filantrópicas, com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade, e sem fins de captação de lucros ou quaisquer tipos de caracterização comercial, poderão ser, por lei, declaradas de utilidade pública, mediante o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei.

**Art. 2º** - A proposta de declaração de utilidade pública será objeto de projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo ou da Câmara Municipal, por qualquer de seus pares, e não poderá contemplar mais de uma entidade.

**§1º** - São condições indispensáveis para o reconhecimento de utilidade pública, observada a finalidade de cada associação:



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARIPIRANGA - BAHIA

I – a entidade (matriz ou filial), deverá estar sediada em Paripiranga/BA e ser detentora de personalidade jurídica há pelo menos 01 (um) ano, contados da data da inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, anterior à data da apresentação do projeto de lei, além de comprovada atuação contínua em favor da coletividade durante este mesmo interstício mínimo de tempo;

II – executar atividades de caráter assistencial ou educacional; e

III – exercer quaisquer atividades que contribuam, diretamente, para o desenvolvimento artístico e histórico e para a preservação do meio ambiente.

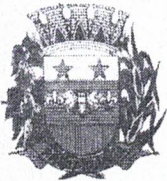
§2º - É vedada a declaração de utilidade pública de entidade que tenha por objetivo a defesa de interesses ou prestação de serviços exclusivamente em favor de seus associados ou filiados, bem como de órgãos ou entidades que gozem de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.

§3º - O projeto de lei a que se refere o *caput* deste artigo deverá estar acompanhado da seguinte documentação:

I – cópia do estatuto da entidade, ou alterações, se houver, devidamente registrado no competente Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;

II- cópia da ata de eleição e de posse dos integrantes dos órgãos de direção e deliberação, em exercício atual de mandato da entidade, com prova do respectivo registro no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;

III – inscrição atualizada do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, junto à Receita Federal do Brasil;



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARIPIRANGA - BAHIA

IV – cópia da Carteira de identidade – RG, e do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, do Presidente;

V – relatório detalhado das atividades da entidade nos últimos 12 (doze) meses, em que fique evidenciada a prestação contínua de atividades filantrópicas, esportivas, educacionais e culturais, de caráter geral e indiscriminado, bem como proposta de trabalho para o corrente exercício, demonstrando, ainda, os objetivos e finalidades da entidade, devidamente assinados pelo presidente da entidade, de modo a possibilitar a análise do cumprimento do requisito legal;

VI – prova, em disposição estatutária, de que os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos, não são remunerados a qualquer título, e que a entidade não distribui lucros, dividendos, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores ou associados da entidade, sob nenhuma forma ou pretexto;

VII – prova, em disposição estatutária, que em caso de dissolução da entidade, os remanescentes serão destinados a entidades de mesmo formato jurídico, vedada distribuição entre os associados;

VIII – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, Certidão Negativa de Débito que demonstre adimplência junto à Previdência Social, Certidão Negativa de Débitos de Tributos expedida pela Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal;

IX – cópia do alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal;

X – requerimento dirigido ao prefeito ou ao Vereador, solicitando a declaração de utilidade pública municipal, assinado por um dos integrantes da Diretoria atual;



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARIPIRANGA - BAHIA

XI – requerimento dirigido ao prefeito ou ao Vereador, solicitando a declaração de utilidade pública municipal, assinado por um dos integrantes da Diretoria atual;

§4º - Na falta de quaisquer dos documentos enumerados no §3º deste artigo, será concedido prazo máximo de 30 (trinta) dias para que a entidade cumpra as exigências, a partir da notificação; findo o prazo, caso os documentos não sejam apresentados, o processo será arquivado juntamente com o projeto de lei proposto.

Art. 3º - Perderá os benefícios desta lei e cessará os efeitos da declaração de utilidade pública a entidade que incorrer em um dos seguintes casos:

I – tiver substituídos os fins estatutários ou negar-se a prestar os serviços neles compreendidos;

II – quando a entidade não renovar ou não tiver alvará de licença válido.

Art. 4º - Após publicação da Lei de concessão, a declaração de utilidade pública será feita por Decreto do Poder Executivo.

Art. 5º - A declaração de utilidade pública, nos termos desta Lei, não implica na concessão de isenção fiscal, tampouco qualquer favor do Município.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não impede a concessão de isenções previstas em Lei, nem a colaboração às entidades declaradas de utilidade pública, de acordo com as possibilidades e a critério do Poder Executivo.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

### JUSTIFICATIVA



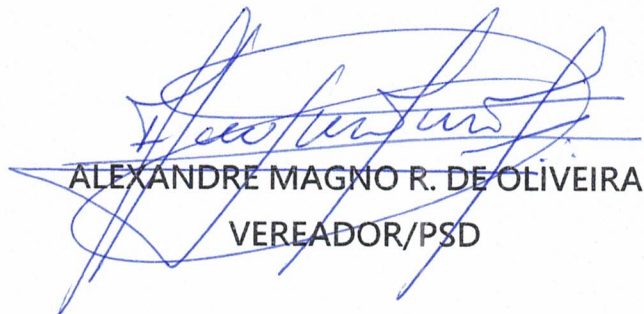
## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARIPIRANGA - BAHIA

Propõe o presente projeto de lei, estabelecer critérios para o reconhecimento do caráter de utilidade pública das sociedades civis de direito privado, associações, fundações e demais instituições sem fins lucrativos no âmbito do Município de Paripiranga/BA, suprimindo a omissão legislativa local.

Ademais, as referidas sociedades civis tem uma crescente participação na vida pública da União, Estados e Municípios, o terceiro setor se consolida como parceiro essencial dos governos. Segundo observatório do terceiro setor, temos mais de 400 mil Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no país, realizando trabalhos direcionados a diversas áreas, como educação, saúde e meio ambiente.<sup>1</sup>

Diante do exposto, peço apoio aos pares para a aprovação da proposta ora apresentada.

Sala das sessões, 06 de outubro de 2021.



ALEXANDRE MAGNO R. DE OLIVEIRA  
VEREADOR/PSD

---

<sup>1</sup> Disponível em < [Terceiro Setor emprega mais de 2 milhões de pessoas no Brasil](http://Terceiro Setor emprega mais de 2 milhões de pessoas no Brasil)  
([observatorio3setor.org.br](http://observatorio3setor.org.br))>